

APRESENTAÇÃO

Política, cultura e desenvolvimento em Moçambique: múltiplos olhares

Daniel de Oliveira Cunha

Zeila de Brito Fabri Demartini

Há muitos pontos de vista em jogo em um país como Moçambique. Antiga colônia de Portugal, palco de uma guerra prolongada, que durou quase trinta anos, dividida em três fases (guerra de independência, guerra de desestabilização, guerra civil), o jovem Estado nacional ainda busca a consolidação de consensos. Em razão da chamada Partilha da África, o vasto território, unificado como colônia, aos poucos se viu segmentado entre inúmeros e justapostos contrastes naturais, culturais e sociais, a saber: entre a planície ao sul e o planalto ao norte; entre litoral e interior; entre grupos patrilineares, mais ao sul, e grupos matrilineares, mais ao norte; entre os chamados “animistas” e os católicos, protestantes e muçulmanos; entre cosmogonias locais e ideologias modernizadoras; entre “ilhas de desenvolvimento”, “ilhas de paz” e velhos e novos bolsões de insegurança e pobreza; entre as *machambas* e as grandes propriedades fundiárias; entre a economia “formal” das empreiteiras e a economia “informal” das *mamanas*; entre o direito consuetudinário da *pia-mwene* e do *mwene*, da *masungukati* e do *madoda*, e o direito estatal de matriz legal importada; entre narrativas orais, em línguas nacionais, e literatura escrita, em língua portuguesa; por fim, entre meio rural e meio urbano. Em um país em que há grandes cidades em todo o seu território, em constante crescimento populacional, com a consequente expansão dos setores de serviços, também não se pode perder de vista que três quartos dos moçambicanos vivem no campo, e dependem de seus vínculos ancestrais com a terra.

Nenhum outro país africano, com exceção da gigantesca República Democrática do Congo, possui tantas fronteiras com outros países: por terra, faz vizinhança com a Tanzânia, a África do Sul, o Malawi, o Zimbábue, a Zâmbia e a Suazilândia; pelo mar, com Madagascar e as Comores. O confinamento entre tantas nações é por si só um desafio, ao mesmo tempo em que uma abertura a muitas oportunidades de integração. Durante a luta de libertação nacional, o unificado movimento nacionalista moçambicano teve que jogar, como poucos, com intrincadas e cambiantes relações de aliança e de equilíbrio que se formavam entre o salazarismo/caetanismo e as várias sociedades nacionais à sua volta, incluídos os econômica e militarmente poderosos regimes racistas sul-africano e rodesiano, dos quais, paradoxalmente, Moçambique dependia economicamente. Mesmo depois da autodeterminação política moçambicana, um adequado conhecimento das dinâmicas sociais e políticas próprias de seus vizinhos

era prerrogativa para a sobrevivência do novo regime, ou da expansão de seus ideais, pela via da formação dos países da chamada “linha de frente”, uma espécie de “liga progressista” regional. No entanto, como sugerem algumas vozes mais críticas, as preocupações dos dirigentes com os fatores externos por vezes se sobrelevaram em relação aos problemas do próprio povo moçambicano. O preço pago pelo irredentismo foi alto, mas este também não deixa de ser, de certa forma, um dos pilares do orgulho de uma ampla parcela de seus nacionais.

Houve um longo e turbulento caminho histórico para que se conformasse e se assentassem esses fatores de ordem geográfica, cultural e social, que colocaram em uma mesma “comunidade de destino” povos com consideráveis diferenças culturais, mas desde então amalgamados a um mesmo ordenamento jurídico-político. Em fins do século XIX, a frágil presença litorânea portuguesa de quatrocentos anos viu-se obrigada a acelerar o processo, sempre violento, de ocupação efetiva do interior. Formou-se, assim, um extenso território-tampão colonial, na medida em que as duas grandes potências militares europeias, a Alemanha e a Grã-Bretanha, disputavam a supremacia naquela extensa área do oceano Índico, bem como no interior do maciço continental. O sistema europeu de alianças acabou por legar aos aliados ibéricos uma alongada e não muito espessa faixa de terra considerada, então, de valor secundário para o “desenvolvimento” da exploração de matérias-primas. Em seu entorno a oeste, os ingleses ficaram com quase toda a área das *highlands* montanhosas, em conformidade com seu projeto imperial de dominação de todo o “*heartland*” africano, do Cabo ao Cairo. É por isso que grande parte de Moçambique coincide hoje com uma paisagem de baixa altitude relativa (com exceção da província do Niassa e de partes do Tete e de Manica), por onde fluem e deságuam vários rios (entre os mais caudalosos, o Zambeze, o Limpopo, o Save, o Rovuma e o Pungoé), propensa ao calor, aos alagamentos sazonais, às secas também

sazonais, causadas pelas monções que vêm do Índico, ao mosquito da malária e à mosca tsé-tsé.

A pressão externa pela terra também tem crescido a proporções dramáticas, em função de um novo ciclo de acumulação primitiva do capital, ora em curso. Desde os tempos coloniais, a intromissão portuguesa e os demais interesses estrangeiros – os das “companhias majestáticas”, sobre as quais escreveu Eduardo Mondlane – estiveram particularmente implicados na extração de carvão natural e vegetal, assim como de outros minérios (uma enorme lista, em que se incluem: amianto, bauxita, berilo, bismuto, columbo-tantalita, ouro, mica e sal). Mais recentemente, além de haverem sido descobertas novas e importantes jazidas de gás natural e de petróleo (prospectadas desde 1961), tanto em terra quanto no mar, o país também é alvo de grandes interesses externos – japoneses e chineses, sobretudo – nos setores de biocombustíveis, em particular, baseado no cultivo de rícino (mamona) e de jatropa (pinhão-manso), com potenciais efeitos nocivos à segurança alimentar no país. O grande potencial das energias não renováveis (carvão, gás e petróleo) tem gerado novas esperanças quanto ao bem-estar geral, mas também tem lançado renovados temores quanto ao agravamento das desigualdades e dos antagonismos regionais, e lançado dúvidas sobre as possibilidades de ser alcançada, no curto prazo, a sustentabilidade econômica e mesmo a estabilidade política, ambas, jamais satisfatoriamente alcançadas desde a data da independência, em 1975, e mesmo desde os Acordos de Paz de 1992.

A vida cotidiana dos moçambicanos e de seus residentes, então, é marcada por pressões naturais, constrangimentos políticos, dificuldades econômicas. Mas, como a vida segue, a par das novas conjunturas mundiais, a criatividade de seu povo é constantemente posta à prova, e suas soluções muito particulares passam a ser objeto de admiração entre outros povos do continente africano e de outras partes do mundo. O território, historicamente atraído por sucessivas

levas de paquistaneses, bengalis, portugueses, suíços, também continua a ser a casa de muitas famílias e indivíduos malauianos, zimbabuanos, sul-africanos, burundineses, ruandeses, ucranianos. Aos cooperantes internacionais de ontem – vindos do Chile, do Brasil, de Cuba, da Grã-Bretanha, do Canadá, do Leste Europeu, do Leste Asiático –, sucedem-se hoje os militantes das novas agendas, que as Nações Unidas rotulam como elementos do “desenvolvimento humano” ou da “segurança humana”. Algumas etiquetas políticas importadas mudam. No entanto, enquanto os contrastes naturais permanecem, os contrastes culturais e sociais caminham com suas dinâmicas das estruturas que lhes são próprias, em um movimento de constante desestruturação e reestruturação.

É verdade que, à altura do início da guerra de libertação nacional, em 1964, Moçambique figurava entre os territórios mais pobres e “menos desenvolvidos” do continente africano, como constatou o geógrafo estadunidense William Hance, um apaixonado defensor do desenvolvimentismo – o “*developmental*”, e não o “*developmentalist*” –, em seu volumoso *The Geography of Modern Africa* (1964). Ainda em 2016, portanto, mais de meio século depois, o país está entre os quatro “de menor desenvolvimento relativo” (outra etiqueta do Sistema ONU) de todo o planeta. Todavia, Moçambique tem uma lição a dar ao mundo: não necessariamente o que alguns acadêmicos têm chamado de “zonas frias de cooperação” corresponde às “ilhas de desenvolvimento”, e não necessariamente as “zonas quentes de conflito” são aquelas mais pobres do território. Muitos dos nacionais que são classificados pelos indicadores sociais como “miseráveis”, mormente no meio rural, souberam criar – ou melhor, recriar – para si as suas “ilhas de paz”, ao longo das últimas décadas, mas isso tem passado despercebido aos olhos de muitos. Pobreza nem sempre corresponde a conflito, e riqueza material nem sempre corresponde a cooperação ou estabilidade, pois há outros valores

em jogo, para além das listas de desejos hoje globalmente disseminadas. Felizmente, tem havido um interesse renovado por essas inovações sociais, que partem de parcelas do povo, a despeito da retórica da ajuda internacional, e que, não raro, são reações espontâneas às situações de calamidade.

Esta coletânea reúne contribuições e artigos de autores moçambicanos, bem como de africanos de outros países (no caso, República Democrática do Congo e Angola) e de brasileiros que tiveram a ocasião de conhecer a realidade social do país.

O dossiê inicia-se com uma longa entrevista com a geógrafa Inês Macamo Raimundo, da Universidade Eduardo Mondlane, e uma das principais representantes do pensamento geográfico moçambicano. Autora de importantes estudos sobre migrações forçadas no continente africano e sobre o crescimento das cidades no contexto moçambicano causado por esses deslocamentos, a pesquisadora tem desenvolvido um amplo projeto de pesquisa, em que se combinam, de modo interdisciplinar, abordagens analíticas e explicativas, por um lado, e leituras de cunho fenomenológico da realidade social, por outro. Para tanto, tem feito recolhidas valiosas de depoimentos feitos por pessoas – com destaque para as mulheres – afetadas por inundações, hostilidades militares e projetos de desenvolvimento.

A sessão de artigos do dossiê é aberta com um texto de conteúdo teórico-metodológico, na área da Sociologia das Relações Internacionais. O sociólogo brasileiro Fernando Augusto Albuquerque Mourão apresenta um texto que, originalmente publicado em língua francesa, e embora datado no tempo, ainda oferece uma leitura normativa pertinente à conjuntura internacional atual. Na linha de Georges Balandier

(e também de Roger Bastide), salienta a necessidade de um equilíbrio, no plano explicativo, entre fatores internos e fatores externos (as dinâmicas “*du dedans*” e “*du dehors*”, como teorizaram os dois grandes sociólogos franceses), no que concerne à análise das sociedades globais, bem como às dinâmicas das Relações Norte-Sul. Ademais, aponta os riscos e as armadilhas existentes, desde então e até aos dias atuais, no nível da realidade social, com reflexos sobre os modelos interpretativos – que ainda persistem nos meios acadêmicos e decisórios – dessas mesmas realidades.

Em artigo sobre a concepção histórica de Direitos Humanos, Elísio Macamo, professor de estudos africanos e diretor do Centro de Estudos Africanos, na Universidade de Basileia (Suíça), questiona a ideia geral da inalienabilidade da noção de “direitos humanos”. Em mais uma importante contribuição aos estudos filosóficos africanos, defende que os direitos humanos são uma construção histórica, a despeito das leituras lineares (evolucionistas) e unilateralmente universalizantes (como alegada prerrogativa dos europeus) do conceito. Para tanto, vai buscar na sociedade moçambicana a constatação de que “a procura de autonomia individual se constitui como ponto de partida para uma definição local de direitos humanos”.

Em seu artigo baseado em conferência ministrada na Universidade Eduardo Mondlane, o antropólogo e sociólogo congolês Kabengele Munanga, radicado no Brasil há mais de trinta anos, e profundo conhecedor da história africana, trata, em um panorama mais geral, dos desafios que as sociedades africanas encontram, em sua obstinada busca pela consolidação de regimes democráticos propriamente africanos. Também insere, neste contexto, os desafios que Moçambique enfrenta ao lado das outras nações africanas, e não deixa de fazer uma justa homenagem aos aspectos positivos e ainda incontornáveis do legado político de Samora Machel, trinta anos após o traumático acidente aéreo que vitimou a ele e a muitos

de seus companheiros de governo.

Em seguida, o sociólogo moçambicano José Luís Cabaço, um conhecido participante da luta de libertação nacional, aborda a estrutura e as metodologias da reorganização da economia-mundo em curso no continente africano, sob o aval ideológico daqueles que conduzem o atual processo de globalização do capital. Pergunta-se ele sobre a possibilidade de alternativas a esse discurso monofônico, em que as vozes dissonantes, como a do senegalês Amadou M’Bow, antigo diretor-geral da UNESCO – e também, mais recentemente, e conforme nossa observação adicional, a de Kofi Annan, ex-secretário-geral da ONU –, não deixam de sofrer retaliações por parte daqueles que zelam por uma estrutura rigidamente hierárquica de poder, em escala internacional.

O dossiê apresenta também duas notáveis contribuições analíticas nas áreas da geopolítica e da geoeconomia. No primeiro caso, o historiador moçambicano Milton Correia trata, com base em pesquisa documental de primeira mão, de um tema ainda pouco explorado pela literatura teórica: o Exercício ALCORA, um projeto de hegemonia político-militar da República Sul-Africana iniciado na década de 1960, sob os auspícios de Portugal e de outros aliados, continentais e extracontinentais, do regime racista sul-africano. Trata, ademais, do Processo COLT, que visava atingir o governo de Kenneth Kaunda, na Zâmbia, que à altura buscava um projeto autônomo, e por isso visto como perigoso, de desenvolvimento nacional.

Em uma abordagem ao mesmo tempo geopolítica e geoeconômica, o artigo do geógrafo brasileiro Antonio Gomes de Jesus Neto, que viveu e estudou durante um ano e meio em Moçambique, explora as dinâmicas envolvidas na longa história de escoamento de *commodities*, oriundas dos países vizinhos sem acesso ao mar, em direção aos portos moçambicanos, desde o período colonial até aos dias

atuais. Também aborda as alternativas que se puseram a esses constrangimentos econômicos pelos quais passou o regime socialista de Samora Machel, frente aos regimes racistas vizinhos, como a construção, pelos chineses, da linha ferroviária conhecida como TANZAM, e que liga a Zâmbia à Tanzânia.

Já no plano dos contrastes sociais que definem as diferenças sociais em Moçambique, em um artigo que vai ao âmago do denominador comum social que são as relações raciais, o sociólogo e geógrafo moçambicano Joaquim Miranda Maloa mostra como essas relações se estruturam na sociedade moçambicana, desde o início da consolidação do colonialismo no continente africano, nas décadas iniciais do século XX. Utiliza-se, para tanto, de uma análise ideológica de textos-chave do ordenamento jurídico colonial, que foram promulgados, segundo ele, “como codificação de estratificação, hierarquização e exclusão dos negros colonizados”. E chega até ao contexto mais atual em sua investigação, ao apresentar as continuidades da estrutura de estratificação social e racial, até aos primeiros anos do período do pós-independência.

Dois outros artigos apresentam, de um ponto de vista etnográfico, outras clivagens sobre as quais está inserida a sociedade moçambicana. Em seu testemunho sobre uma pesquisa de campo feita há quase trinta anos no sul da província de Gaza, o antropólogo angolano Carlos Serrano trata do tema da divisão sexual do trabalho em uma sociedade patrilinear. Para tanto, retoma a aplicação, por duas antropólogas ganesas, do conceito de *papel social*, para retratar a vida e o trabalho das camponesas shanganas em uma aldeia comunal, localizada no Vale do Rio Limpopo. Serrano também apresenta belas fotos de sua pesquisa etnográfica realizadas durante o *survey*, algumas das quais de sua autoria, das mulheres camponesas moçambicanas em sua vida cotidiana.

Três décadas depois da pesquisa de Serrano, em estudo sobre a mesma região, o antropólogo e

jornalista moçambicano Josué Bila questiona o uso indiscriminado, e sem a devida contextualização para os casos particulares, de conceitos baseados, às vezes de maneira apressada e pouco rigorosa, na teoria sociológica de Max Weber. Entre os alvos de sua abordagem crítica, estão as noções de “neopatrimonialismo” e o de “clientelismo”. Em sua pesquisa empírica, concentrou-se em um bairro rural do município de Macia, onde o que ele chama de “autoridades bantu-moçambicanas” mantêm mais vivas do que nunca, ou então as adaptam às novas realidades circundantes, as instituições decisórias locais. Estudioso das perspectivas africanas sobre os direitos humanos, também não deixa de ir em busca de uma corroboração etnográfica da ideia de que os próprios africanos, que vivem no interior do continente, possuem do que ainda poderíamos chamar, à maneira antiga, de “direitos naturais”.

Um excelente retrato dos constrangimentos sofridos pelas organizações cívicas moçambicanas, frente à ordem estatal, é dado por Boaventura Monjane, em seu artigo sobre os movimentos sociais, a sociedade civil e o espaço público em Moçambique. Se são garantidas constitucionalmente as liberdades de associação, de manifestação, de expressão, de imprensa e o direito à informação, por outro lado, o Estado conserva o direito ao controle, à limitação e à repressão de movimentos populares que, supostamente, coloquem em causa o velho princípio da *raison d’État*. Este artigo é também o relato de um militante pela causa do fortalecimento da sociedade civil moçambicana, ou seja, de alguém que analisa o fenômeno a partir de dentro das lutas sociais em curso.

Um retrato igualmente exaustivo das tensões sociais em Moçambique, desta vez no meio rural, onde se concentram de 70% a 80% da população moçambicana, é o texto da bióloga brasileira Patrícia Neves de Oliveira, com sua enorme experiência de campo. Ela nos oferece uma leitura crítica e exaustiva da realidade da agricultura familiar em Moçambique,

e retrata com grande vivacidade a situação dramática pela qual os pequenos agricultores têm que enfrentar, com dificuldade crescente, o poder de cooptação estatal, assim como os recursos coercivos, do capital internacional. Ela oferece especial destaque para os problemas sociais e ambientais envolvidos na implantação do programa ProSAVANA, feito em triangulação com os capitais brasileiros e japoneses.

Mais ao fundo no plano da realidade social, ou seja, no campo da alta cultura e das rumações sobre as visões de mundo dos moçambicanos, Jacqueline Kaczorowski e Mariana Fujisawa, promissoras estudiosas de algumas literaturas africanas, entre elas a moçambicana, apresentam um breve panorama das escolas literárias que apareceram no cenário cultural do país, desde o pioneiro poeta José Craveirinha até os poetas e escritores mais jovens, passando pelos representantes da chamada Geração Charrua, entre os quais Luís Bernardo Honwana e Ungulani Ba Ka Khosa.

Duas resenhas críticas e complementares apresentam os dois lados da moeda da chamada Cooperação Sul-Sul. O historiador Alexsandro Silva, depois de uma passagem por Santiago do Chile, trouxe consigo uma valiosa coletânea de testemunhos lá publicada, sobre a presença de cooperantes internacionais chilenos em Moçambique logo após a independência, exilados do regime de Pinochet. Trata-se do livro *Chilenos en Mozambique: experiencia de solidaridad y amistad entre dos pueblos* (2013), de Sergio Basulto, Dalmiro Contrera e Mario Glisser.

Por sua vez, Jéssica Höring, graduada em Relações Internacionais e pós-graduanda em Sociologia, e estudiosa da política angolana, faz uma análise e uma devida contextualização de uma importante investigação conduzida pela jornalista brasileira Amanda Rossi, intitulada *Moçambique: o Brasil é aqui* (2014), sobre os impactos sociais e ambientais envolvidos na presença de multinacionais brasileiras no território moçambicano, e especialmente

na província de Tete.

Por fim, fazemos um *primeiro* tributo à memória do sociólogo e etnólogo francês Georges Balandier, falecido no último dia cinco de outubro. Sintomaticamente, em vista de sua importância como teórico, particularmente com respeito às sociedades africanas, ele é citado por diversos autores, ao longo deste dossiê. A revista *Cadernos CERU* publicou recentemente (em 2014, em nosso dossiê sobre colonialismo) um de seus artigos seminais sobre a noção de *situação colonial* (o texto original, de 1951). Trata-se de autor cujas reflexões foram fundamentais para as pesquisas por nós realizadas, sobre as relações entre África e Brasil, com o qual mantivemos contatos nos últimos dez anos.

Por pedido de alguns autores moçambicanos, nem todos os textos seguem as regras do Acordo Ortográfico de 2010, e, portanto, são mantidos com a ortografia da língua portuguesa tal como é usada em Moçambique.

Esta coletânea com foco em Moçambique foi tornada possível graças à grande colaboração de suas autoras e autores, muitos dos quais mantiveram intenso diálogo conosco, até à conclusão das versões definitivas dos artigos, resenhas e entrevista, aqui publicadas. Agradecemos igualmente à Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que têm fornecido subsídios e financiamento a nosso projeto integrado de pesquisa, “Infância e juventude entre famílias de imigrantes: uma perspectiva comparativa”, bem como aos seguintes Grupos de Pesquisa: “Educação e História Oral: movimentos populacionais, educação escolar e não escolar” (vinculado à UMESp) e Migração e Relações Interculturais (associado ao CERU, e com três Linhas de Pesquisa em plena atividade: “Colonialismos e Nacionalismos”, “Migrações, Cultura e Educação” e “Sociologias do Terceiro Mundo”). Entre os participantes da preparação

técnica do dossiê, somos gratos a nossos colegas pesquisadores: Profa. Dra. Maria Christina Siqueira de Souza Campos, Profa. Dra. Maria Helena Rocha Antusiassi, Oscarlina Maltese Rezende, Thaise Satiro de Sousa, Lilian Prado Pereira e Issaka Maïnassara Bano. Devemos também mencionar a frutífera parceria com o quadro de professores e pesquisadores do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo, pelo apoio acadêmico oferecido desde há muito. A presente coletânea é dedicada à memória de Georges Balandier, que completaria 96 anos exatamente na data de hoje.

São Paulo, 21 de dezembro de 2016.